

é, ungido pelo Senhor. Por ser um especificativo e não um sobrenome, Cristo pode ser precedido do artigo definido. Já ensinava João Ribeiro: “Dizemos *Jesus* e não *o Jesus*; poderemos, todavia, dizer *Cristo*, ou o *Cristo Jesus*. A palavra *Cristo* é um adjetivo e significa *o ungido*”.

Também recebeu o menino-Deus o nome hebraico de *Emanuel*, que se vulgarizou sob a forma de *Manuel*. O nome *Emanuel*, esclarece o dr. Henrique Fontes, em suas *Digressões Antropométricas*, vem do hebraico *Immânu-El*, que quer dizer “Deus conosco”, nome que fora anunciado pelo profeta Isaías. Também se lê em Mateus, I, 23: “Ecce virgo in utero habebit et pariet filium, et vocabunt nomen eius Emmanuel, quod est interpretatum nobiscum Dei”.

Acrescente-se, para finalizar, que o grande poeta português Bocage, cujo prenome era *Manuel*, então grafado *Manoel*, fez com a palavra o anagrama *Elmano* (*Elmano Sadino* era o seu nome arcaico) que foi bem aceito pela gente de língua portuguesa. Hoje em dia, além dos vários *Emanuéis* e numerosos *Manuéis*, ainda existem alguns *Elmanos*, o que vem aumentar a progênie dos que desejam estar com Deus.

Ainda bem.

Especial para o SL do “DN”
(22/12/1963)

*

Nosso contemporâneo Luís de Camões

A passagem, em 1972, do quarto centenário da publicação da maior epopéia em língua portuguesa e uma das primeiras em todo o mundo ensejou numerosas comemorações, não só nas duas pátrias da mesma língua, ou seja, Portugal e Brasil, mas em qualquer lugar onde os valores da cultura humanística não entraram em processo de esvaziamento.

Iniciativas das mais louváveis foi a que procurou reviver a leitura do texto de *Os Lusíadas*, através de edições categorizadas que, mantendo-se fiéis ao texto original, contivessem ainda contribuições capazes de revitalizar a narrativa, tornando-a acessível, em seu sentido geral e pormenores, ao leitor moderno. Dentro dessa linha programática, vieram a lume, em Portugal e no Brasil, três edições, das quais queremos dar notícia neste artigo.

A primeira foi publicada pelo Departamento de Assuntos Culturais do nosso Ministério da Educação e Cultura. Foi obra da Comissão Brasileira desig-

nada pelo Ministro Jarbas Passarinho para, em âmbito nacional, promover as comemorações camonianas. Trata-se, quanto ao texto, de uma “reedição”. Mas reedição de um livro esgotadíssimo e que é um marco nos estudos da obra do imortal épico: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias.

Desse trabalho, havia saído duas edições: a primeira, em 1910, em dois volumes, no Porto. A segunda, também do porto, tem as seguintes datas: 1.º volume, 1916; 2.º volume, 1918.

Outro ilustre camonista, o Dr. José Maria Rodrigues fizera alguns reparos ao texto e comentários da primeira edição em trabalho publicado na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. II-IV, 122 pp. (de que há separata, 1915), sob o título *Algumas Observações a uma Edição Comentada dos Lusíadas*. Voltou à carga, relativamente à segunda edição numa série de artigos com o título geral de *Estudos sobre os Lusíadas*, estampados na nossa *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire (de março de 23 a março de 25). Epifânio Dias, já muito doente, tomou conhecimento das críticas à primeira edição através de informações de terceiro(s) e “creio que ainda chegou a aproveitar na projetada segunda edição de *Os Lusíadas* algumas, das *Observações*”, depõe o Dr. Leite de Vasconcelos na “oração de sapiência” dedicada ao estudo da vida e do labor científico do grande mestre desaparecido, “o mais completo e importante estudo sobre a vida e a obra de Epifânio Dias”, di-lo com a sua grande autoridade o editor responsável pela edição brasileira, prof. Maximiano de Carvalho e Silva.

Evidentemente que o trabalho de Epifânio não é perfeito; mas, na perspectiva em que se colocou e tendo em vista os objetivos colimados, pode-se considerá-lo “definitivo”, isto é, definiu os pressupostos filológicos do texto e suas componentes histórico-culturais. Desse ponto de vista, pode-se dizer que há uma *leitura* de *Os Lusíadas* anterior a Epifânio Dias e outra que lhe é posterior.

Trata-se, pois, de obra realmente indispensável, que há de ser lida e relida constantemente por quem ostente o título honroso e invejável, mas por isso mesmo carregado de responsabilidades, de professor de língua portuguesa.

O prof. Maximiano de Carvalho e Silva não quis que a reimpressão brasileira fosse “simplesmente” uma reedição. E a rigor não o é. Daí a indicação, na capa, que se trata da 3.ª edição. Cumpre, por conseguinte, ressaltar os caracteres que a individualizam.

Além do *Prefácio* do prof. Artur César Ferreira Reis, presidente da Comissão Brasileira, onde se diz dos motivos pelos quais a Comissão optou pelo trabalho do notável mestre português, temos seguro, criterioso e sábio estudo do prof. Maximiano de Carvalho e Silva, titular de Língua Portuguesa e diretor

do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, intitulado *Epifânio Dias e a sua Edição d'Os Lusíadas*, a respeito do qual não podemos estender-nos por falta de espaço. Acompanha o volume um estudo comparativo dos textos das duas edições, trabalho cuidadoso da prof.^a Marlene Mendes Veloso, da Universidade Federal Fluminense, que muito valoriza a edição brasileira.

Creio que não preciso dizer mais para realçar todo o alcance cultural da iniciativa da Comissão Brasileira.

Acrescento que esse livro se acha no momento fora do comércio, mas que as pessoas e entidades interessadas podem dirigir-se, para obtê-lo, à Casa de Ruy Barbosa, na Rua São Clemente, 134, Botafogo, Rio de Janeiro.

A outra edição de *Os Lusíadas*, também resultado da programação brasileira é a “comemorativa do IV Centenário da Publicação do Poema”, de que também se encarregou o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Consta de uma *Apresentação*, do prof. Artur César Ferreira Reis, de uma nota introdutória (*Esta Edição*) do prof. Gladstone Chaves de Melo, de uma *Introdução* (notável estudo) do mesmo prof. Chaves de Melo e do texto completo da epopéia, integralmente comentado. A edição foi chamada “popular”, porque não se destina somente a especialistas, mas a todo brasileiro possuidor de cultura geral. Na referida “Nota Introdutória”, diz o prof. Gladstone, responsável pela edição: “Trata-se de uma edição *popular*: não discute, pois, interpretações, não abriga erudição, não alinha opiniões conflitantes, não se perde em filigranas.”

Por ser popular foi o livro dedicado “Ao Povo Brasileiro”.

Coube ao prof. Gladstone Chaves de Melo o estudo inicial – verdadeira apresentação da obra num sentido moderno – a diagramação do trabalho e a seleção dos colaboradores. Coube-lhe ainda a tarefa bastante espinhosa de fixação do texto camoniano. Tomou por base a edição de 1572 que tem, no alto da portada, o colo do pelicano voltado para a esquerda do observador. Atualizou a ortografia, mas respeitaram-se escrupulosamente os fatos de linguagem da época. Neste ponto é que o trabalho se torna delicado. Por exemplo, logo no 1.º Canto na 1.ª estrofe: *ocidental* ou *occidental*? O prof. Gladstone optou pela conservação das geminadas. Mas já na edição portuguesa – de que a seguir falaremos – o que se lê é a palavra com apenas um *c*. Por outro lado na edição brasileira o adjetivo está com inicial minúscula, ao passo que na portuguesa se conservou a maiúscula... A lição a tirar é que, na crítica textual, se há de proceder com cautela e sem dogmatismos.

Os colaboradores (comentadores) foram os seguintes: Hamilton Elia, cantos I e IX; Albino de Bem Veiga, canto II; Raimundo Barbadinho Neto, cantos III e X; Sônia de Lima Cavalcanti, canto IV; Amália Beatriz Cruz Costa,

canto V; Maria Amélia Pontes Vieira, canto VI; Carlos Eduardo Falcão Uchoa, canto VII. Para os comentários do Canto IX, tomou-se por base edição anterior do prof. Antenor Nascentes, homenagem da Comissão ao insigne e pranteado Mestre.

O alto nível dos colaboradores, todos mestres universitários ou laureados por contribuições comprobatórias da sua capacidade filológica e lingüística e que tiveram o privilégio de encontrar na pessoa do prof. Gladstone Chaves de Melo o *scholar* ideal para a direção dos trabalhos, mostra o acerto da Comissão Brasileira ao programar a edição popular de *Os Lusíadas*. Esta edição também se acha fora de comércio; mas os interessados podem obtê-la no Departamento de Assuntos Culturais do MEC, 5.º andar do Palácio da Cultura.

Deixei para o final, por ser a mais recente, a edição portuguesa. É igualmente comemorativa do IV Centenário e foi publicada pelo instituto de Alta Cultura de Lisboa. O responsável pela edição foi o prof. Alvaro Júlio da Costa Pimpão, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que preparou para o volume “leitura, prefácio e notas”.

Para a “leitura”, tomou o prof. Costa Pimpão também por base o texto da edição de 1572 em que o pelicano tem o colo voltado para a esquerda do observador, tal como o fez o prof. Gladstone Chaves de Melo. O prof. Pimpão não o diz expressamente, mas é o que se deduz da sua afirmação de que essa é a verdadeira edição *princeps* (p. XXXV). A orientação que tomou cremos que poderia igualmente ser subscrita pelo professor brasileiro. Eis, por exemplo, estas lúcidas considerações da p. XLII:

Teria sido impossível, por escrúpulo de exatidão, elaborar uma edição de *Os Lusíadas* com a pontuação e a ortografia que Camões adotou ou deixou adotar no seu poema. Para se ter uma idéia de forma como o poeta escreveu e pontuou existem as edições fac-similadas. Para o público não podemos pensar numa edição desta natureza. Quisemos, no entanto, dar-lhe uma edição fiel, em que se respire um ar camoniano e isso só se consegue evitando dar ao poeta uma linguagem que não era a sua nem a do seu tempo: se ele só conheceu a forma *despois*, não há que impor-lhe a forma *depois*.

No entanto, apesar da identidade de objetivos e da similitude de critérios, ainda assim, como já vimos, ocorrem divergência nos dois textos. Por exemplo (p. XLVII) diz prof. Pimpão rejeitar formas como *adquerir*, *dezia*, *mesturar*; *pilouro*, *rezão*, *tremolar*, que foram mantidas na edição brasileira. Isso mostra uma vez mais como é cheia de escolhos uma edição que se pretende fidedigna e como, nesse terreno, a figura do zoilo está a tornar-se anacrônica.

Na edição portuguesa, além do conteúdo, superiormente garantido pelo aval da reconhecida competência do prof. Costa Pimpão, ainda há

que ressaltar a boa apresentação do volume, aliás uma tradição da arte portuguesa de imprimir.

Essas três edições quase contemporâneas, testemunham teimosamente que as criações do espírito são as únicas que resistem às injúrias do tempo (*aere perennius*). Ninguém discute o valor da tecnologia. Mas se trata de uma atividade *secundum quid*. O robô não é o novo homem, nem a réplica do homem; é o anti-homem. Porque falta-lhe a alma. Poderíamos, parodiando, dizer: *Chassez le spirituel; il revient au galop*. A perenidade de *Os Lusíadas*, malgrado as previsões de todas as cassandras, identifica-se com a perenidade da própria poesia. E onde houver poesia há esperança.

Bibliografia:

- 1- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. 3.ª ed. Reprodução fac-similada da 2.ª ed. Iniciativa da Comissão Brasileira designada para organizar as comemorações do IV centenário do poema. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1972.
- 2- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição brasileira comemorativa do IV centenário da publicação do poema. Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1972.
- 3- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972.

Jornal do Brasil (Suplemento Livro)
9/3/1974

*

A barba comprida

Na estrofe 71, do Canto IV, Camões, aludido ao famoso sonho profético de D. Manuel, personifica em dois velhos “de aspeito venerando” os maiores rios da antiga Índia, o Ganges e o Indo. E assim os apresenta:

“A cor da pele baça e denegrída;
A barba hirsuta, intonsa, mas, comprida.”

A palavrinha *mas* é que tem dado motivo a discussões. Barba *hirsuta* é “de pelos longos, duros e bastos”, diz Nascentes no respectivo verbete do seu *Dicionário da Língua Portuguesa*. *Hirsuto* vem do latim *hirsutus*, que significa “de pelo eriçado e grosseiro”. Quanto a *Intonso*, o sentido é de “não tosquiado, não cortado”. Portanto ambos os velhos tinham barbas não tratadas, que deviam ser longas e toscas. No entanto o Poeta diz que a barba dos anciãos era “hirsuta, intonsa, *mas comprida*”. Parece-nos ilógica a afirmação. Uma barba intonsa,